

- **Leia o texto para responder as questões a seguir.**

**PINKER, Steven. Taxas de violência em sociedades com e sem Estado. In: Os anjos bons da nossa natureza.**

Embora as descrições de violência em sociedades sem Estado derrubem o estereótipo de que os povos forrageadores são inerentemente pacíficos, elas não nos dizem se o nível de violência é maior ou menor que nas chamadas sociedades civilizadas. Nos anais dos Estados modernos não faltam medonhos massacres e atrocidades, muito menos contra povos nativos de todos os continentes, e suas guerras têm baixas que chegam a oito dígitos. Somente examinando os números podemos ter uma noção de se a civilização aumentou ou diminuiu a violência.

É claro que, em números absolutos, as sociedades civilizadas não têm igual na destruição que causam. Mas devemos pensar em números absolutos ou em números relativos, calculados como uma proporção das populações? Tal escolha confronta-nos com uma imponderabilidade moral: o que é pior, serem mortos 50% de uma população de cem pessoas ou 1% de uma população de 1 bilhão? De certo ângulo, poderíamos dizer que uma pessoa que é torturada ou morta sofre no mesmo grau independentemente de quantas outras mais tiverem o mesmo destino, portanto é a soma desses sofrimentos que deve despertar nossa sensibilidade e nossa atenção analítica. De outro ângulo, porém, poderíamos argumentar que parte da barganha de estar vivo é que corremos o risco de ter uma morte prematura ou dolorosa, seja por violência, acidente ou doença. Assim, o número de pessoas em uma dada época e lugar que desfrutam plenamente a vida tem de ser considerado um bem moral, em comparação com o qual aferimos o mal moral do número daquelas que são vítimas de violência. Outro jeito de expressar esse modo de ver é perguntar: “Se eu fosse uma das pessoas vivendo em uma dada época, quais seriam as chances de eu ser vítima de violência?”. O raciocínio neste segundo ponto de vista, quer apele para a proporção de uma população, quer para o risco de um indivíduo, termina na conclusão de que, ao comparar a nocividade da violência entre as várias sociedades, devemos atentar para as taxas, e não para os números de atos de violência.

O que acontece, então, quando usamos o surgimento de Estados como linha divisória e pomos de um lado os caçadores-coletores, caçadores-horticultores e outros povos tribais (de qualquer época) e de outro os Estados estabelecidos (também de qualquer época)? Vários estudiosos vasculharam recentemente a literatura antropológica e histórica em busca de todo bom levantamento de vítimas em sociedades sem Estado que fosse possível encontrar. Há dois tipos de estimativas disponíveis. Um provém de etnógrafos que registram dados demográficos, inclusive mortes, dos povos que eles estudam no decorrer de longos períodos. O outro provém de arqueólogos forenses, que procuram em cemitérios antigos e coleções de museus quaisquer sinais de violência.

Como se pode determinar a causa da morte de alguém que pereceu há centenas ou milhares de anos? Alguns esqueletos pré-históricos são acompanhados pelo equivalente neolítico de uma prova irrefutável do crime: uma ponta de flecha ou de lança incrustada num osso, como as encontradas no Homem de Kennewick e em Ötzi. Mas as evidências circunstanciais podem ser quase igualmente certeiras. Os arqueólogos podem examinar esqueletos pré-históricos em busca dos tipos de lesões que hoje sabemos serem causadas por ataques em seres humanos. Entre os estigmas estão crânios que sofreram golpes, marcas de cortes por ferramentas de pedra em crânios ou membros, e fraturas em ossos ulnares (do tipo das lesões adquiridas ao aparar golpes com o braço erguido). Os danos sofridos por um esqueleto quando ele se encontrava em um corpo vivo podem ser distinguidos de vários modos daqueles causados quando ele estava exposto ao mundo. Ossos vivos sofrem fraturas como o vidro, com bordas afiadas e angulosas, e ossos mortos sofrem fraturas como o giz, em ângulos retos bem definidos. E se um osso tem em sua superfície fraturada um padrão de desgaste diferente do de sua superfície intacta, ele provavelmente foi quebrado depois que a carne circundante havia se decomposto e

desaparecido. Outros sinais incriminativos do ambiente circundante incluem fortificações, escudos, armas de choque como machadinhas (que são inúteis na caça) e desenhos de combate humano em paredes de cavernas (alguns com mais de 6 mil anos). Mesmo com todas essas evidências, as contagens de vítimas pela arqueologia geralmente são subestimações, pois algumas causas de morte — uma flecha envenenada, uma ferida infeccionada, uma ruptura em órgão ou artéria — não deixam vestígios nos ossos da vítima.

Quando os pesquisadores terminam a contagem bruta das mortes violentas, podem fazer a conversão para uma taxa de dois modos. O primeiro consiste em calcular a porcentagem do total de mortes causadas por violência. Essa taxa é uma resposta à questão “Quais as chances de que uma pessoa tenha morrido nas mãos de outra em vez de por morte natural?”. O gráfico na figura 2.2 apresenta essa estatística para três amostras de povos sem Estado — esqueletos de sítios pré-históricos, caçadores-coletores e caçadores-horticultores — e para várias sociedades com Estado. Façamos uma análise.

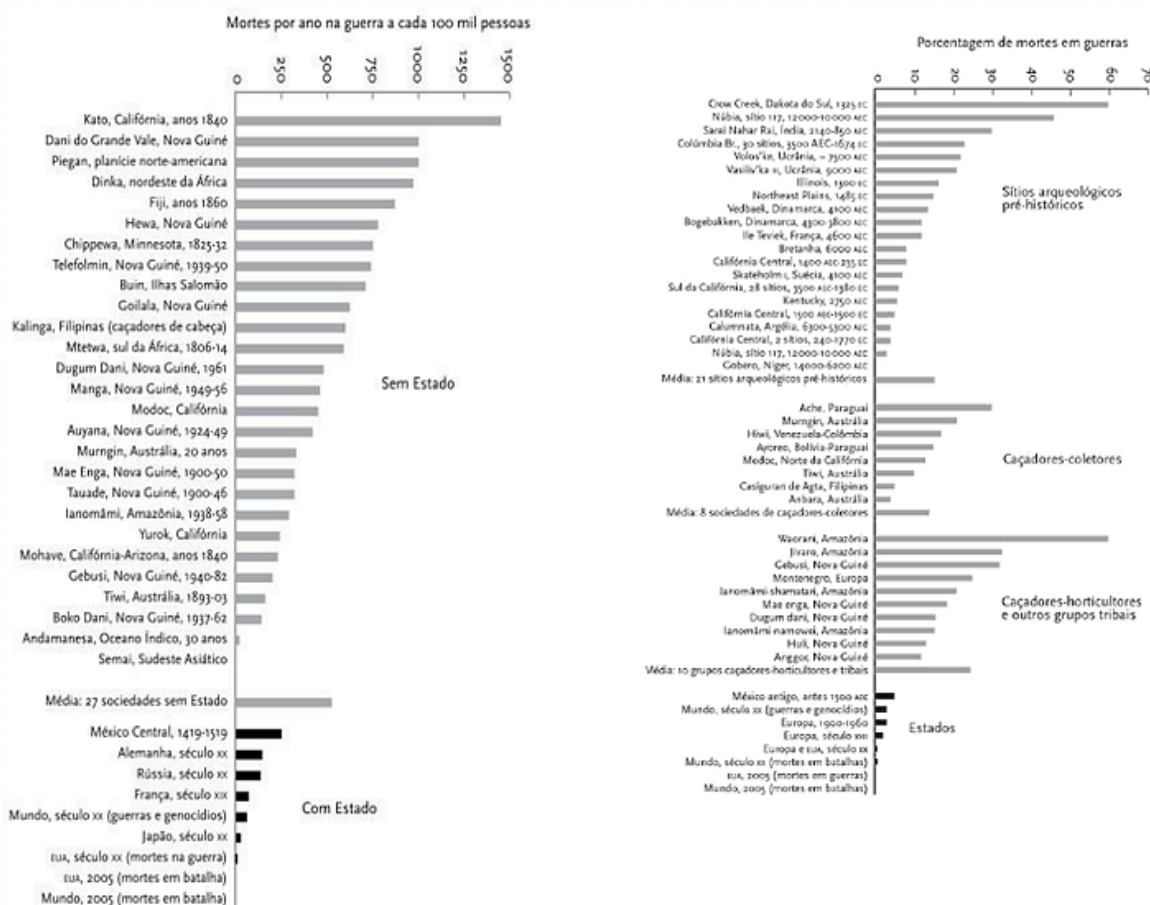


Figura 2.2. Porcentagem de mortes em guerras em sociedades com e sem Estado.

O agrupamento superior mostra a taxa de mortes violentas para esqueletos escavados em sítios arqueológicos. São restos mortais de caçadores-coletores e caçadores-horticultores da Ásia, África, Europa e Américas, datados de 14000 a.C e 1770 a.C, em todos os casos muito anteriores ao surgimento de sociedades com Estado ou do primeiro contato prolongado com elas. As taxas de morte variam de 0% a 60%, e a média é de 15%. Em seguida, vemos números de oito sociedades contemporâneas ou recentes que vivem principalmente da caça e coleta.<sup>49</sup> Situam-se nas Américas, Filipinas e Austrália. Sua média das taxas de morte em guerras é bem próxima da média estimada com base nas ossadas: 14%, com variação de 4% a 30%.

No agrupamento seguinte, juntei sociedades pré-Estado que praticam alguma forma de caça, coleta e horticultura. Todas são da Nova Guiné ou da floresta pluvial amazônica, exceto a última sociedade tribal da Europa, os montenegrinos, cuja taxa de mortes violentas é próxima da média do grupo como um todo, 24,5%.<sup>50</sup>

Finalmente, temos alguns números para Estados. Os primeiros são de cidades e impérios do México pré-colombiano, onde 5% dos mortos pereceram nas mãos de pessoas. Esse foi sem dúvida um lugar perigoso, mas ainda assim o grau de violência era de um terço a um quinto do encontrado em uma sociedade pré-Estado média. Quanto aos Estados modernos, temos à nossa escolha centenas de unidades políticas, dezenas de séculos e muitas subcategorias de violência (guerras, homicídios, genocídios etc.), por isso não existe uma única estimativa “correta”. Mas podemos fazer a comparação mais justa possível escolhendo os países e séculos mais violentos, junto com algumas estimativas de violência no mundo atual. Como veremos no capítulo 5, os dois séculos mais violentos neste último meio milênio de história europeia foram o XVII, com suas sangrentas guerras religiosas, e o XX, com as duas guerras mundiais. O historiador Quincy Wright estimou a taxa de mortes nas guerras do século XVII em 2%, e a taxa de mortes em guerras na primeira metade do século XX em 3%. Se incluíssemos as quatro últimas décadas do século XX, a porcentagem seria ainda menor. Uma estimativa, que inclui também mortes em guerras nas Américas, é inferior a 1%.

## QUESTÕES

01. Quais são as conclusões dos estudos apresentados por Pinker?
02. Como foram realizados esses estudos? E quais são os dados que sustentam as conclusões de Pinker?
03. Escreva um texto relacionando as conclusões de Pinker e a teoria política de Thomas Hobbes.